

Editorial

Neste terceiro número do volume 39 de *Educação e Pesquisa*, os trabalhos reunidos se voltam ao tratamento de processos sócio-históricos em suas relações com mudanças desejadas, ocorridas ou projetadas, na área da Educação. Distribuída em quatro blocos temáticos, a organização dos artigos se orienta desde o tratamento mais propriamente histórico da constituição de movimentos, campos, disciplinas, enfim, do lugar da produção de saberes *em e sobre* educação, para a observação de questões éticas e/ou morais relacionadas a concepções e práticas educativas historicamente referenciadas, seguidas das discussões a respeito das funcionalidades previstas para a relação da escola com o mundo produtivo, e, por fim, das considerações sobre os efeitos das possibilidades tecnológicas do mundo digital para o trabalho pedagógico. Encerra o volume a entrevista realizada pelo professor Julio Groppa Aquino com o professor Sérgio Niza, que discorre sobre temas relacionados à constituição do Movimento da Escola Moderna e aos modos como compreende o processo evolutivo desse movimento e de seus efeitos sociais, políticos e pedagógicos; trata, ainda, das condições anteriores e atuais da educação em Portugal e no Brasil, com o que proporciona ricos diálogos em consonância e em contraponto às questões tratadas nos artigos que a precedem.

O primeiro bloco temático desta edição se inicia com trabalho que traz em seu título as marcas de suas condições de produção: *80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*: questões para debate. Foi produzido por ocasião das comemorações da publicação do documento a que se faz referência na denominação do artigo. Interrogando-se acerca da atualidade dessa carta, Diana Gonçalves Vidal observa as circunstâncias históricas que teriam possibilitado a emergência do *Manifesto* e o que teria garantido a produtividade do movimento da Escola Nova no país. Segundo a autora, a Escola Nova, no Brasil, teria se constituído de maneira diferente ao que ocorrera em outros países, de modo que, em contexto brasileiro, não se realizou pela iniciativa de grupos de educadores em Instituições específicas, mas tornou-se um investimento de Estado, aglutinando reformas no aparelho escolar de estados e municípios. O *Movimento* teria se constituído, de fato, pela reunião de agentes de filiações políticas e ideológicas diversas, que puderam se organizar em torno do objetivo comum de promover mudanças no jogo político pelo controle do estado. Teria possibilitado essa conjunção não conflituosa, a princípio, o fato de a Escola Nova constituir-se, em contexto brasileiro, como uma fórmula, cuja abrangência semântica possibilitava a coexistência de significados múltiplos e modos diversos de sua apropriação por sujeitos e grupos, segundo variações nas maneiras como correlacionadas as vertentes pedagógica, ideológica e política presumidas pela fórmula em questão. O *Movimento dos Pioneiros da Educação Nova* representaria o trabalho de intelectuais em prol de uma ideia comum de nação e da defesa de princípios como laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação, que produziram efeitos em seu tempo e os produzem, na atualidade, no sentido de demandar o questionamento sobre que escola se defende hoje, qual o papel do Estado para a construção dessa escola, e que lugar pode ter o intelectual no debate e no estabelecimento de uma educação pública e de qualidade.

Na sequência, encontra-se o artigo de autoria do professor Celso Ruy Beisiegel, produzido a partir da participação do autor em evento acadêmico organizado para o debate de temas da área de Sociologia da Educação, no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Como apontado pela professora Kimi Aparecida Tomizaki, que apresenta o artigo, trata-se de “um belíssimo texto que analisa o surgimento da disciplina Sociologia da Educação”, e em que se questionam seus impasses atuais. *Os primeiros tempos da pesquisa em sociologia da educação na USP* apresenta ao leitor o percurso de constituição dessa disciplina a partir da vivência do autor enquanto aluno de graduação e de pós-graduação no curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP), como pesquisador do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, e como professor de sociologia da educação, na Faculdade de Educação da USP, após a criação desta no âmbito da reforma universitária de 1970. Aponta o autor para o lugar seminal do livro *Sociologia educacional*, de Fernando Azevedo (1940), para a discriminação das questões principais da disciplina; na sequência, apresentam-se as proposições de base para a pesquisa em sociologia da educação que se produziram nas obras de Florestan Fernandes e de Antonio Candido, as quais orientaram os trabalhos do professor Luiz Pereira, hoje considerados clássicos. Segundo o autor, elementos fundadores da sociologia da educação, como a preocupação com “o funcionamento dos subgrupos de ensino; os padrões de interação no grupo social escolar; os valores, os projetos e as expectativas dos agentes que atuam na escola”, teriam sido quase abandonados na atualidade, em decorrência dos processos de especialização e de interdisciplinaridade, com o que os sentidos apontados por Antonio Candido e Luiz Pereira não mais se encontrariam nos horizontes da disciplina. Ao término do artigo, o professor Celso Beisiegel apresenta uma questão fulcral para os pesquisadores e docentes da sociologia da educação: a especialização não estaria comprometendo a própria identidade dos estudos antes identificados como próprios dessa disciplina? Esse questionamento certamente pode se colocar não apenas para a sociologia da educação, mas para outras disciplinas da área.

Em continuidade à temática da abordagem histórica dos processos educacionais, apresenta-se, na sequência, o artigo *O tema da formação de professores: trajetórias e tendências na pesquisa e na ação*, de autoria de Maria Isabel da Cunha. A autora observa a evolução do campo da formação de professores, em seus aspectos epistemológicos, culturais e políticos, de modo a contribuir para a compreensão das forças que o conformaram historicamente e das possibilidades e necessidades que se apresentam para as pesquisas na atualidade. O trabalho compreende o período que se estende da década de 70 do século XX ao momento atual. Desde as filiações aos estudos norte-americanos que marcaram os inícios da pesquisa sobre formação de professores no país, na década de 70, inspirada na organização industrial e na perspectiva da competência, da produtividade e do controle; para a observação da relação do fazer docente com o contexto social, político e cultural em que exercido, perspectiva que caracterizou a produção no campo, na década de 80, com os movimentos pela transformação da sociedade em direção à democracia; até a discussão em torno das bases neoliberais e o que se propuseram, a partir

delas, para a instrumentalização do professor com objetivos de desenvolver a competência dos alunos, a autora se aproxima dos estudos críticos que se realizaram então quanto à necessidade de não se superficializar a formação docente com sua fundamentação em generalidades que estariam supostamente mais adequadas a um mundo em globalização. As especificidades próprias à profissão docente e à formação do professor se colocaram no centro dos estudos críticos às propostas de caráter generalista, acentuando a complexidade do fazer docente e as questões éticas, políticas e culturais que compõem a profissão. As perspectivas pragmáticas que mais recentemente embasaram as pesquisas sobre a formação de professores teriam contribuído, segundo a autora, para a revalorização do trabalho do professor, mas a valoração de fato dessas perspectivas se faria desde que associadas a pressupostos investigativos em que se destaca a dimensão cultural. O artigo se encerra com a apresentação de uma síntese dos principais pontos que precisam ser considerados para o estudo dos processos de formação de professores em sua complexidade. A revisão crítica elaborada pela autora sobre a constituição histórica do campo da formação de professores é mobilizadora e coloca ao pesquisador a necessidade de se observarem as consequências sociais de seu trabalho de acordo com os pressupostos e as implicações do posicionamento político e ideológico que se assume na pesquisa.

Encerra este primeiro grupo temático o artigo *O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial*, de autoria de Gizele de Souza, Juarez José Tuchinski dos Anjos e Etienne Baldez Louzada Barbosa. Os autores observam as relações entre o historiador e o arquivo, de modo a considerar as possibilidades e tensões que este apresenta ao trabalho do pesquisador. A relevância do arquivo público paranaense estaria, dentre outros fatores, em ofertar à história da educação elementos para a abordagem do século XIX, período geralmente considerado como de não interesse para as pesquisas na área, dado que as ações relativas à escolarização não teriam tido desenvolvimento expressivo no Brasil do Império. Contrapondo-se a essa perspectiva, os autores evidenciam as ações realizadas no período para a implementação de atividades escolares, o que se pode observar com base nos recursos que o arquivo oferta ao trabalho do historiador, considerando-se produtivamente as possibilidades que os registros e os modos de arquivamento fornecem à pesquisa em história da educação. Discutindo aspectos referentes ao processo de composição do arquivo, aponta-se no artigo para o duplo tempo histórico que envolve o trabalho com esses documentos: o de sua produção e o de seu arquivamento. O que se definiu como importante de ser mantido, bem como as maneiras como se operou o processo de arquivamento para manutenção dos registros, configuram-se em elementos instigantes ao trabalho do pesquisador em seu objetivo de compreender as ações dos sujeitos históricos e o que condicionou as escolhas que realizaram em seu tempo.

O segundo grupo de artigos que compõem a presente edição de *Educação e Pesquisa* reúne trabalhos em que se discutem, em função de seus condicionantes históricos, questões éticas, morais e políticas colocadas aos processos educativos. O artigo que integra primeiramente este grupo temático discute as possibilidades e os limites que

se apresentam ao educador na modernidade, momento em que prevaleceria a fragmentação das lógicas linguísticas e a impossibilidade de compartilhamento de ideais por sujeitos não mais reunidos em torno de um patrimônio cultural legado pela tradição, fonte semântica fundamental para os sentidos na linguagem. Em *Razão, sentido e formação a partir de um diálogo entre Benjamin e Habermas*, Claudia Fenerich questiona se “será possível nos encontrarmos, a esta altura da história, totalmente desprovidos de saberes generalizáveis que nos permitam atribuir algum valor não mercantil às ações humanas no curso dos acontecimentos”. Buscando em Walter Benjamin subsídios que possibilitem considerar a constituição do humano na experiência compartilhada, mas reconhecendo a impossibilidade de encontrá-la, neste momento histórico, num recurso ao teológico, apoia-se no projeto de desenvolvimento da competência comunicativo-discursiva como possibilidade de constituição de um espaço intersubjetivo condicionado por uma racionalidade secularizada, conforme leitura de Habermas. O retorno a Benjamin, no entanto, se faz necessário, pois a linguagem, em sua lógica fragmentária, e assentada na razão e na secularidade, esvaziar-se-ia de significação, caso não se fundasse num sentido, mesmo que não diretamente acessível. Os debates na esfera pública se fundamentariam sempre, assim, em valores, concepções de bem e de felicidade, com o que a racionalidade se fundamentaria em conteúdos valorativos e éticos de indivíduos e grupos. O verdadeiro, o bom e o belo, ainda que não mais possam ser tomados como parâmetros absolutos, ressoariam nas subjetividades, pois fundados em padrões morais básicos que se encontrariam fora do *self*. Num recurso a Charles Taylor, a autora aponta para a significação que se produz não com a transmissão de uma experiência, mas com a própria disposição em transmiti-la, com o que a experiência adquire, assim, um caráter não-subjetivo, por ser realizada *entre* um e outro sujeito, e, portanto, conectada a fontes que não as restritas à individualidade.

Em *(In)Justiça escolar*: estaria em xeque a concepção clássica de democratização da educação?, de Ione Ribeiro Valle, também são tratados os problemas referentes à constituição política, cultural e moral das sociedades modernas. A autora defende que “novas questões se acrescentam à agenda dos sociólogos da educação” e que “velhas questões precisam ser ressignificadas”, dentre elas: “Como enfrentar as desigualdades e resistir às práticas de reprodução social? Como se posicionar face à unidade da ciência e à pluralidade das culturas? Que fins deve perseguir a escola? Que saberes ensinar? Como distinguir a meritocracia escolar tal como a percebem os indivíduos da meritocracia escolar idealizada? Como formar o corpo docente e se preparar para o avanço sem precedentes da tecnologia?”. A retomada dos princípios que subjazem a esses questionamentos implicaria em discutir os fundamentos que orientariam idealmente a oferta de escolarização nos movimentos empreendidos nas sociedades democráticas: a igualdade de oportunidades e a meritocracia escolar. A autora parte de quatro aportes teóricos para o tratamento do tema da (in)justiça escolar: de John Rawls, observa a noção de “justiça como equidade”, com base nas teorias do *contrato social*; de Michael Walzer, recupera a ideia de uma “sociedade complexamente igualitária”, com que se procura redefinir um princípio moral “de fundo aristotélico, fundada em virtudes e não em princípios universais”; de Barrington Moore Jr., considera os sentidos de

injustiça, elaborados a partir da observação de condições sociais e históricas “nas quais a indignação moral manifesta-se com maior intensidade ao longo dos séculos XIX e XX”; por fim, de François Dubet, observa meios de levar a outros domínios elementos desenvolvidos no campo da sociologia da educação, para o tratamento de temas como “justiça, trabalho, educação, identidades profissionais, trajetórias escolares, impactos da formação profissional nos sentimentos dos trabalhadores”. Partindo do princípio de que a noção de *justiça escolar* é um conceito em construção, a autora discute, então, os princípios de *igualdade de oportunidades* e de *meritocracia escolar* apontando para a necessidade de se observarem as contradições que se produzem do embate entre o ideal de educação como possibilidade de justiça social pela promoção da igualdade, e o funcionamento da escola para o atendimento dos interesses das classes favorecidas.

Educação bilingue nos Estados Unidos: uma possível transição moral para cidadania global, de Anna Carolina Barbosa, encerra este grupo temático voltando-se ao tratamento de questões éticas, morais e políticas. Estudo de caráter teórico, o artigo apresenta considerações em torno da polêmica que se estabelece no contexto norte-americano atual quanto aos objetivos da educação: se orientada para a interculturalidade, de modo a responder às demandas apresentadas por uma cidadania que se projeta global, ou se circunscrita a um currículo monolíngue, fundado em concepção conservadora de cidadania, referenciada num princípio de fechamento cultural. Para a abordagem da polêmica, a autora desenvolve reflexão sobre as questões éticas e morais implicadas em uma e outra das tendências em conflito, defendendo que essa situação indicaria um momento de transição em que se encontraria a sociedade norte-americana. A hipótese com que trabalha é que o movimento de contraposição ao estabelecimento da educação bilingue nos currículos do país, em prol de uma educação baseada apenas na língua inglesa, poderia “ser entendido como uma manifestação política, social e acadêmica de uma resistência em direção oposta à transição de uma fase de monismo moral para uma fase de pluralismo moral”. Segundo a autora, os programas de educação bilíngues poderiam representar o acesso a uma cidadania americana mais humanista e democrática. Os movimentos contrários a essa educação voltada ao intercultural constituiria, portanto, uma tentativa de manutenção do *status quo* por grupos que procuram garantir a continuidade de seus privilégios. No entanto, defende-se no artigo que essa seria uma luta inglória, dado que “o fim do monismo moral deva ser tão inevitável como a queda de qualquer império político e social”.

O terceiro bloco temático agrupa artigos em que se discutem as relações entre escolarização e sociedade, considerados os modos como historicamente essas relações se constituíram em função de elementos sociais, econômicos e/ou culturais. O bloco se inicia com a leitura do artigo *Políticas de escolarização e governamentalidade nas tramas do capitalismo cognitivo*: um diagnóstico preliminar, de autoria de Roberto Rafael Dias da Silva. Em seu trabalho, o autor observa os modos de constituição das políticas de escolarização na sociedade capitalista, compreendendo o período que se estende do século XVIII à contemporaneidade. A consolidação do modo produtivo no capitalismo industrial teria se constituído com a ênfase na

organização de inspiração militar e na produção de narrativas estabilizadoras que garantiam a disciplina de sujeitos amparados pelo tempo racionalizado, tempo “de longo prazo, cumulativo e previsível”. No final do século XX se encontraria o “novo capitalismo”, em que definiram a organização produtiva, não a gerência, mas as ações de capital; não a burocracia, mas os fluxos de capital globais, o “capital impaciente” que exige flexibilidade e dinâmica; as tecnologias da comunicação e da informação instantâneas. Os valores privilegiados a partir de então remetem à flexibilidade, à autonomia, à inovação, à livre circulação e ao espírito empreendedor. Tal lógica do mundo produtivo capitalista se reproduziria nos processos de educação, em que se passaria do coletivo ao individual; do ensino à aprendizagem; da reprodução à inovação; da repetição à invenção. Aponta o autor para o fato de que as transformações sociais, orientadas de um capitalismo industrial para um capitalismo cognitivo, regularam as políticas de escolarização em direção a uma educação mais flexível e interativa, cujo objetivo seria o de qualificar os sujeitos escolares, na contemporaneidade, para o incremento de seus desempenhos produtivos. Trata-se de artigo instigante, que propõe ao leitor um movimento decisivo no que se refere à crítica ao modelo atual de escolarização.

No segundo artigo componente deste bloco temático, discute-se o caráter a se conferir ao ensino médio, última etapa da escolarização básica, de modo a que venha a se configurar como uma fase no processo de transformação da escola atual, servidora dos interesses do capital, em direção à escola garantidora da formação humana integral, que teria como “eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura”. No artigo *Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?*, Dante Henrique Moura discute, assim, qual seria o sentido a ser atribuído ao ensino médio, considerada a necessidade de grande parcela da população de trabalhar antes dos 18 anos de idade para garantir a subsistência econômica. A modalidade do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio poderia representar uma possibilidade de se construir historicamente uma escola omnilateral, integral ou politécnica, para todos. Com base no pensamento de Marx, Engels, Gramsci e de autores que com eles dialogaram, coloca-se em questão a formação profissional na adolescência, pois unilateralizante, e se apresenta a necessidade de considerar num dado momento histórico as potencialidades que se oferecem para a formação profissional desde que associada à educação intelectual, física e tecnológica. No mesmo sentido, aponta-se para a necessidade de uma ação política de fato que levasse a ser desfeita a organização atual do sistema de ensino, que responde à dualidade do sistema a que serve, assentada na distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual. O artigo apresenta questões fundamentais para o debate sobre a estruturação curricular da escola básica, de modo que se questione a colocação da escola em função dos interesses do capital, e se projete sua função para a formação humana integral.

A relação entre escola e sociedade é a temática central também do artigo de autoria de Mitsi Pinheiro de Lacerda, que encerra este terceiro bloco temático, porém de modo a focalizar as relações entre currículo escolar e as práticas do cotidiano. Em *A cidade*

pequena, a escola e o cotidiano interrompido, a autora aborda, segundo perspectiva etnográfica, os modos como práticas escolares se movimentam em direção ao cotidiano das cidades, definindo a organização dos tempos, dos espaços e das ações. A autora parte do princípio de que a modernidade disciplinou o cotidiano, menorizando-o como o lugar da repetição, do pragmatismo, do senso comum e da rotina. Essa menorização serviria aos interesses do mercado, pois a ruptura com o processo não cumulativo próprio ao cotidiano levaria à demanda contínua por novos objetos, que se fariam obsoletos também rapidamente. Porém, num sentido contrário ao que a própria cientificidade aponta para o cotidiano, a pesquisadora considera a legitimidade de abordá-lo como lugar de produção de saberes e para ele volta sua investigação, observando as práticas que se desenvolvem em espaços sociais, de modo a conhecer a lógica dos praticantes. Nesse trabalho, foram investigados os processos de apropriação que se estabelecem entre os currículos escolares e as práticas do cotidiano, num processo circular em que um e outro se realimentam. Segundo as leis do lugar em que vivem, os sujeitos instauram, assim, uma pluralidade, com suas táticas e maneiras de utilizar que produzem efeitos imprevistos: “Neste movimento, encontramos os consumos de praticantes que se apropriam dos artefatos utilizados nos desfiles, transformando os resíduos de um currículo prescrito, em currículos praticados nas escolas, bem como suas táticas, alterando resultados escolares através de oportunidades percebidas no campo do outro”. Fundamentado em conceitos propostos por Michel de Certeau, portanto, e fazendo uso de recursos metodológicos da história oral, é muito interessante notar como a autora confere um efeito de distanciamento, de perspectiva histórica à observação de fatos contemporâneos, o que torna sua leitura dos fatos (e a leitura do artigo) ainda mais interessante.

As questões apresentadas aos processos educacionais pelas inovações tecnológicas são o tema do último grupo de artigos que compõem este volume de *Educação e Pesquisa*. O que reúne esses artigos é o apontamento da necessidade de mudanças em práticas de ensino que colocaria a disponibilidade de inovação tecnológica aos processos educativos, disponibilidade que se promove com ações de fomento realizadas por instituições acadêmicas e/ou por instâncias de governo. Nesse sentido, em *Quadros interativos na educação: uma avaliação a partir das pesquisas da área*, Patrícia Alexandra da Silva Ribeiro Sampaio e Clara Maria Gil Fernandes Pereira Coutinho observam as possibilidades didáticas oferecidas pelos quadros interativos, equipamentos levados às escolas portuguesas em um projeto estatal de distribuição de recursos tecnológicos e de formação para a apropriação didática desses recursos: o *Plano Tecnológico da Educação*. As autoras se propuseram a realizar revisão bibliográfica sobre as vantagens e desvantagens do uso do quadro interativo em contexto de ensino, além de observar os modos como os docentes têm integrado esse recurso em suas práticas pedagógicas. Apontam as autoras a necessidade de os professores se manterem atualizados, de modo a obter uma gestão mais eficiente do tempo e a produção de atividades mais criativas, diversificadas e interativas a serem apresentadas aos alunos. O objetivo seria o de promover um ambiente de aprendizagem que tornasse os alunos mais interessados em participar do processo de ensino. Estudos referidos no artigo mostrariam a

necessidade de formação docente para o uso das tecnologias de informação e comunicação, dado que o professor seria o principal responsável pela utilização satisfatória ou não desses recursos em contexto de ensino. Outro ponto destacado seria o da resistência dos professores para a implementação do uso dos quadros interativos em suas aulas, dado que esse processo acarretaria a necessidade de revisão de rotinas e de hábitos adquiridos.

A formação docente para o uso das novas tecnologias também é tema abordado no artigo *Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE*, de Viviani Maria Barbosa Sales e João Batista Carvalho Nunes. Os autores observam as dificuldades de implementação de um curso de educação a distância (EaD), devido à prevalência de práticas próprias aos cursos presenciais tradicionais: a falta de formação específica para os docentes formadores responsáveis por ministrar cursos a distância não possibilitaria que se reconfigurassem elementos da cultura docente de modo que pudessem se adequar às possibilidades e necessidades das formas de interação mediadas pelas tecnologias da informação. Seria preciso, portanto, considerar a relação que se estabelece entre os formadores e as inovações tecnológicas, e as resultantes desse novo contexto para o processo de aprendizagem autônoma, que deveria se constituir nessas condições de formação. Um fator dificultador da implementação satisfatória de formação em EaD, também relacionado com as formas como constituída tradicionalmente a cultura acadêmica, estaria relacionado com o modo descontínuo de oferta de cursos nessa modalidade. Essa descontinuidade não possibilitaria aos docentes a constituição de vínculos com essa modalidade de ensino, o que impediria a formação docente de se realizar satisfatoriamente, e, assim, de se desenvolver uma cultura própria aos processos formativos em projetos de educação a distância. Contribui também para essas dificuldades o fato de não haver professores com formação específica para o trabalho em EaD. Apontam os autores, portanto, para a necessidade de se implementarem mudanças nos modos de organização do curso observado em seu trabalho, de modo que se possa constituir outra cultura acadêmica, adequada a esse contexto formativo recente, para que, então, se estabeleçam, de fato, novas formas de ensinar e de aprender. Cumpre destacar, por fim, a associação que se constrói no artigo entre a oferta de formação baseada em novas tecnologias e as necessidades de inovação, de formação continuada e de atualização constante que se colocam na sociedade atual. O artigo enseja, assim, o questionamento sobre qual função têm a desempenhar as instituições escolares e acadêmicas para a transformação ou a manutenção das atuais condições sociais, políticas e econômicas.

Por fim, o artigo *Motivação dos alunos para a utilização da tecnologia wiki: um estudo prático no ensino superior*, de autoria de Carolina Costa, Helena Alvelos e Leonor Teixeira, volta-se para a observação dos modos como são assimilados os recursos tecnológicos de caráter *wiki* em processos de ensino e aprendizagem, segundo a expressão dos sujeitos envolvidos nas práticas formativas analisadas. O *wiki* baseia-se em tecnologia WEB 2.0 e se configura como “um espaço na web completamente aberto, onde qualquer utilizador pode modificar, estruturar e organizar documentos de diversas formas”. O estudo se voltou para a observação

do que os sujeitos da pesquisa percebiam como utilidades que a tecnologia em questão ofereceria para aumentar o desempenho de seu trabalho, e para a observação de suas motivações em direção ao uso frequente desse recurso, segundo o avaliassem positiva ou negativamente. A investigação mostrou que a avaliação dos estudantes quanto às vantagens da tecnologia se fariam mais positivas no que se refere às possibilidades de interação sem a necessidade da presença física dos participantes, nem a definição de um horário comum aos integrantes de um grupo de trabalho para o desenvolvimento das atividades. No que se refere ao uso do tempo e melhoria na aprendizagem, no entanto, as avaliações apresentadas pelos alunos quanto a suas experiências não tiveram um nível de positividade tão expressivo. O mesmo se aponta para as considerações quanto ao desagrado de que os textos produzidos nas atividades pudessem ser acessados e lidos antes de sua finalização pelos seus autores primeiros, o que exporia falhas existentes durante o processo de escrita, além de se abrirem a outros a possibilidade de alterarem os textos em sentidos não desejados pelos autores primeiros, ou, ainda, que ideias pudessem ser apropriadas e utilizadas pelos colegas, sem o assentimento de seu(s) proponente(s). Nota-se, portanto, no trabalho, as tensões que se estabelecem entre as formas tradicionais de produção e circulação de textos e aquelas ofertadas pelas novas tecnologias, principalmente no que se refere à noção de autoria e de propriedade em relação ao conhecimento produzido e suas formas de circulação. Nesse sentido, o artigo traz contribuições importantes às discussões em torno das mudanças nos processos de ensino e de aprendizagem promovidos pelas inovações tecnológicas, não apenas ao ofertar ao leitor ideias sobre como utilizar esses recursos em propostas didáticas, ou quanto a proposições para pesquisas sobre o tema em contextos diversos, mas, também, no que se refere às contraposições que se apresentam entre as possibilidades oferecidas pelo mundo digital e os princípios e práticas próprios à cultura impressa.

Encerra este número de *Educação e Pesquisa* a entrevista concedida pelo professor Sérgio Niza ao professor Julio Groppa Aquino. Nela, o professor Sérgio Niza relata o momento de sua formação inicial como docente, as implicações da ditadura militar para seu percurso formativo e profissional, bem como as relações que estabeleceu com a Escola Nova e com o deslocamento de Freinet em direção ao que denominou de *Escola Moderna*. Acentua então o que caracterizaria especificamente o Movimento da Escola Moderna (MEM) português, enfatizando o trabalho de formação coletiva e cooperativa entre professores e a partir da cultura escolar. Nos momentos iniciais do Movimento, o trabalho cooperativo representava a contraposição face ao projeto do Estado de separação, de isolamento dos docentes, de modo a não permitir sua reunião. Ao tratar da Escola da Ponte, faz considerações em torno do que distinguiria sua proposta daquela que fundamenta o Movimento da Escola Moderna, com o que aponta para a valoração do indivíduo, na experiência estabelecida por José Pacheco, face ao princípio da coletividade que sustentaria as ações formativas docentes no MEM. Além disso, questiona se o projeto inicial da Escola da Ponte se mantém, com as mudanças na gestão da instituição e os modos como seu idealizador concebe o que seja a divulgação dessa experiência. Por fim, avalia as mudanças ocorridas nos processos de escolarização em Portugal

e considera o tempo mais vagaroso que se deve esperar para a obtenção de mudanças substanciais na cultura escolar. Mas, alerta para a urgência dessa mudança, do que necessita paradoxalmente o próprio capital, responsável pelo esvaziamento da cultura escolar e ao mesmo tempo cada vez mais dependente da escola para sua produção. Instado a tratar da realidade educacional brasileira, comenta a dualidade de nosso sistema educacional, que tem na escola privada a alternativa das classes sociais favorecidas para a formação de seus filhos, em detrimento da escola pública, que necessita, portanto, de investimentos de fato do Estado brasileiro de modo a garantir educação de qualidade a todos.

As ideias mobilizadoras do professor Sérgio Niza ressoam nas discussões realizadas nos artigos que compõem este número de *Educação e Pesquisa*, evidenciando as lutas historicamente constituídas por sujeitos e grupos preocupados com a construção de uma escola pública, gratuita, de qualidade e para todos, e os embates que se realizam face a projetos de formação docente e de reconfiguração da cultura escolar com objetivos de manutenção das desigualdades sociais e econômicas. Em perspectiva histórica, observam-se os movimentos de resistência e de sustentação a propósitos educacionais limitadores das forças de emancipação que pode ter a escola como instância formativa e libertadora. A análise politicamente comprometida e a crítica teoricamente embasada concorrem para a evidência das tensões e para a possibilidade do posicionamento fundamentado. Que esta edição de *Educação e Pesquisa* contribua para a concepção de uma escola transformadora.

Emerson de Pietri